



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE**

TERMO DE REFERÊNCIA

**CAPÍTULO I
DA DEFINIÇÃO DO OBJETO**

1. OBJETO

O presente Termo de Referência tem como objeto a contratação de pessoas físicas e/ou jurídicas, por meio de credenciamento, para a realização de exames de Emissões Otoacústicas Evocadas (EOAE), também denominados Triagem Auditiva Neonatal (TAN), popularmente conhecidos como “Teste da Orelhinha” - contemplando o teste e reteste).

1.1. O presente Termo de Referência tem por objetivo determinar as condições que disciplinarão de acordo com o Estudo Técnico Preliminar e conforme condições, quantidades, exigências e estimativas contidas neste Termo de Referência. Os quantitativos dos serviços ora requeridos são:

SERVIÇO	QUANTIDADE ESTIMADA MENSAL (UNIDADES)	QUANTIDADE ESTIMADA ANUAL
realização de exames de Triagem Auditiva Neonatal (TAN) - “Teste da Orelhinha” (contemplando teste e reteste)	160	1920

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação será de até 12 (doze) meses, prorrogável por igual período na forma dos artigos 106, da Lei nº 14.133/2021, conforme o caso e a necessidade da Administração.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS/ SERVIÇOS

3.1. Os bens a serem adquiridos ou serviços a serem contratados enquadram-se na classificação de:

- () bens comuns (art. 6º, inciso XIII Lei n.º 14.133/2021)
() bens especiais (art. 6º, inciso XIV Lei n.º 14.133/2021)
(X) serviços comuns (art. 6º, inciso XIII Lei n.º 14.133/2021)
() serviços especiais (art. 6º, inciso XIV Lei n.º 14.133/2021)

**CAPÍTULO II
DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO, DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO E
REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

4. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

O presente Termo de Referência tem como objeto a contratação de pessoas físicas e/ou jurídicas, por meio de credenciamento, para a realização de exames de Emissões Otoacústicas Evocadas (EOAE), também denominados Triagem Auditiva Neonatal (TAN), popularmente conhecidos como “Teste da Orelhinha” (contemplando o teste e o reteste).

“São Borja - Terra dos Presidentes.”

X
1
au
!gãD



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE**

O “Teste da Orelhinha” é um exame que consiste em um método objetivo para verificação da funcionalidade/integralidade da cóclea, utilizando equipamentos audiólogos e orientações para acompanhamento da audição e linguagem, devendo preferencialmente ser realizado entre as primeiras 24h e 48h de vida do recém nascido, sendo o limite recomendado o primeiro mês, conforme diretrizes do Ministério da Saúde. É um exame rápido, indolor e não invasivo, realizado preferencialmente enquanto o bebê dorme, consistindo na emissão de sons no ouvido do bebê afim de detectar as respostas da cóclea.

A obrigatoriedade da realização do exame de Emissões Otoacústicas Evocadas (EOAE) em todos os recém-nascidos brasileiros foi instituída pela Lei Federal nº 12.303, de 2 de agosto de 2010. Em complementação, o Ministério da Saúde, em 2012, publicou diretrizes específicas para a Triagem Auditiva Neonatal, estabelecendo-a como uma estratégia fundamental de intervenção precoce, com o objetivo de reduzir os impactos negativos da deficiência auditiva no desenvolvimento global da criança.

A Portaria GM/MS nº 1.130, de 5 de agosto de 2015, institui a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (PNAISC) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Essa política organiza-se a partir da Atenção Primária à Saúde como coordenadora do cuidado nos territórios, estruturando-se em eixos estratégicos que articulam ações e serviços de saúde integrados às redes temáticas. Dentre essas redes, destaca-se a rede de atenção materna, neonatal e infantil. No eixo que trata da atenção humanizada e qualificada à gestação, ao parto, ao nascimento e ao cuidado ao recém-nascido, estão incluídas as triagens neonatais universais como ações prioritárias para a detecção precoce de agravos à saúde infantil.

O Município de São Borja, por meio do Centro Especializado em Reabilitação Física e Auditiva (CER), é referência regional e desde 2018 vem sendo responsável por uma média de 160 exames de TAN mensais, agendados via Sistema de Regulação – SISREG. Essa demanda não se restringe apenas ao município, abrangendo também pacientes oriundos dos municípios vinculados à 12ª Coordenadoria Regional de Saúde, como São Luiz Gonzaga, Santo Antônio das Missões, Bossoroca, São Nicolau e Garruchos.

A necessidade da contratação se justifica pela atual escassez de profissionais habilitados disponíveis tanto no mercado local quanto no quadro efetivo do município. O Centro Especializado em Reabilitação Física e Auditiva (CER) de São Borja conta atualmente com apenas uma fonoaudióloga contratada, a qual ingressou em 2025 e ainda se encontra em período de experiência.

Embora o município disponha de vagas abertas para fonoaudiólogos, até o momento não houve profissionais interessados em assumir os cargos, o que evidencia a dificuldade de provimento desses postos. Essa carência de recursos humanos tem impactado diretamente a capacidade de resposta do serviço, resultando no acúmulo de demandas reprimidas, tanto para a realização de exames de Triagem Auditiva Neonatal, quanto para avaliações fonoaudiológicas, protetização de aparelhos auditivos e exames complementares, como o BERA, entre outros.

Essa limitação técnica, somada à escassez de profissionais disponíveis no mercado local e à insuficiência de recursos humanos no quadro efetivo da Secretaria Municipal de Saúde, inviabiliza a realização do serviço pela rede própria. Tal cenário compromete a continuidade do atendimento e acentua a necessidade de contratação emergencial de prestadores externos, a fim de evitar a paralisação dos exames e

“São Borja - Terra dos Presidentes.”



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE**

mitigar os impactos da interrupção no cuidado auditivo neonatal.

Assim, considerando a urgência e a importância da realização da triagem auditiva neonatal no tempo preconizado, torna-se indispensável a contratação de prestadores externos, garantindo a continuidade do serviço e a manutenção do cuidado auditivo aos recém-nascidos da região.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

5.1. Diante da análise das alternativas disponíveis e considerando a necessidade de garantir a continuidade dos serviços de Triagem Auditiva Neonatal (TAN), a alternativa identificada como mais adequada e vantajosa para a Administração Pública é a realização de **Chamamento Público** para credenciamento de pessoas físicas e/ou jurídicas interessadas na prestação do serviço.

A escolha por esta modalidade visa assegurar os princípios da isonomia, impessoalidade, eficiência e transparência, permitindo que todos os interessados que preencham os requisitos técnicos e legais possam participar do processo em igualdade de condições. Essa medida também se mostra compatível com a natureza do objeto — serviços comuns de saúde, com especificações padronizadas.

O Chamamento Público possibilita ainda a flexibilização operacional da contratação, permitindo à Administração contar com mais de um prestador habilitado, o que é especialmente relevante diante da oscilação na demanda e da necessidade de garantir cobertura ininterrupta, inclusive para pacientes de outros municípios referenciados ao CER. Trata-se de uma solução que viabiliza o atendimento imediato às necessidades da população neonatal, sem depender exclusivamente de um único fornecedor, reduzindo riscos operacionais e assegurando economicidade.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. Este Termo de Referência visa o credenciamento de pessoas físicas e/ou jurídicas para a realização de exames de Emissões Otoacústicas Evocadas (EOAE), também denominados Triagem Auditiva Neonatal (TAN), popularmente conhecidos como “Teste da Orelhinha”;

6.2. Os serviços ora requeridos têm natureza de serviços comuns, tendo em vista que os seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021;

6.3. A contratação será realizada por meio de Chamamento Público para o credenciamento de profissionais, pessoas físicas e/ou jurídicas, para a prestação dos serviços ora requeridos;

6.4. Os profissionais eventualmente interessados, sejam pessoas físicas ou jurídicas, deverão possuir formação e habilitação legal para a realização dos exames;

6.5. Os serviços deverão ser prestados preferencialmente nas dependências do Centro Especializado em Reabilitação (CER) de São Borja, em até duas visitas semanais, utilizando o aparelho *TITAN*, da marca Interacoustics, pertencente à Administração Municipal — quando este estiver disponível;

6.6. Os profissionais deverão comprovar a posse ou disponibilidade de equipamento próprio compatível para a realização dos exames de EOAE, de forma a assegurar a continuidade do serviço durante o período em



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE**

que o equipamento municipal se encontrar em manutenção, sendo de responsabilidade do prestador o deslocamento do referido equipamento até a unidade do CER, não sendo exigida marca específica, desde que o aparelho esteja apto à realização do teste da orelhinha.

6.7. Em casos excepcionais, especialmente durante a indisponibilidade do aparelho municipal, os profissionais poderão realizar os exames diretamente em seu estabelecimento, desde que previamente autorizado, garantindo o acolhimento dos pacientes já agendados, incluindo os provenientes de outros municípios, evitando cancelamentos e respeitando a janela de tempo recomendada para o exame (preferencialmente entre 24h e 48h de vida, ou no máximo até o 30º dia de vida do recém-nascido).

**CAPÍTULO III
DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

7. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1. A gestão e a fiscalização do objeto contratado serão realizadas conforme o disposto no Decreto Municipal 20.106/2023, que “Regulamenta as funções do agente de contratação, da equipe de apoio e da comissão de contratação, suas atribuições e funcionamento, a fiscalização e a gestão dos contratos, e a atuação da assessoria jurídica e do controle interno no âmbito do Município de São Borja, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021”;

7.2. Os serviços deverão ser prestados preferencialmente nas dependências do Centro Especializado em Reabilitação (CER) de São Borja, em até duas visitas semanais, utilizando o aparelho *TITAN*, da marca Interacoustics, pertencente à Administração Municipal;

7.3. Os profissionais deverão comprovar a posse ou disponibilidade de equipamento próprio compatível para a realização dos exames de EOAE, de forma a assegurar a continuidade do serviço durante o período em que o equipamento municipal se encontrar em manutenção, sendo de responsabilidade do prestador o deslocamento do referido equipamento até a unidade do CER, não sendo exigida marca específica, desde que o aparelho esteja apto à realização do teste da orelhinha;

7.4. Em casos excepcionais, especialmente durante a indisponibilidade do aparelho municipal, os profissionais poderão realizar os exames diretamente em seu estabelecimento, desde que previamente autorizado, garantindo o acolhimento dos pacientes já agendados, incluindo os provenientes de outros municípios, evitando cancelamentos e respeitando a janela de tempo recomendada para o exame (preferencialmente entre 24h e 48h de vida, ou no máximo até o 30º dia de vida do recém-nascido);

7.5. O credenciado se obriga a apresentar na Secretaria Municipal da Saúde, até o dia 05 do mês corrente, a fatura, anexando todos os comprovantes de despesas, requisições devidamente autorizadas relativos aos atendimentos prestados no período anterior, discriminando em planilha o nome do usuário, número do cartão SUS, data e assinatura do paciente.

8. DO LOCAL, PRAZO DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

8.1. PRAZO



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE**

O prazo para início da prestação dos serviços se dará imediatamente após a assinatura do contrato.

8.2. LOCAL E HORÁRIO

Os serviços objeto deste credenciamento deverão ser prestados preferencialmente nas dependências do Centro Especializado em Reabilitação (CER) de São Borja, localizado à Rua General Serafim Dornelles Vargas, 845 - Centro, São Borja, em até duas visitas semanais, conforme agendamento prévio e demanda apresentada pela Secretaria Municipal de Saúde.

Excepcionalmente, e considerando a indisponibilidade temporária do equipamento TITAN da marca Interacoustics pertencente ao município, os profissionais credenciados que possuem equipamento próprio apto à realização dos exames poderão realizar os atendimentos em local próprio devidamente registrado e adequado para a prestação do serviço, ou ainda, deslocar o equipamento até a unidade do CER.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. São obrigações da Contratante:

- a)** receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- b)** verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes na TR e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- c)** comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- d)** acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- e)** efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência;
- f)** a Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- a)** efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal.
- b)** responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- c)** comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- d)** manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE**

e) indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

11. GARANTIA (E/OU VALIDADE)

Não serão exigidas garantias.

CAPÍTULO IV DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

12. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

12.1. Nos termos do art. 117, da Lei nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega do objeto contratado, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

12.2. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

12.3. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

12.4. O fiscal do contrato poderá ser auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

12.5. O objeto a ser contratado será submetido à fiscalização da Secretaria Municipal de Saúde, por meio de servidores que serão designados oportunamente e formalmente indicados por portaria específica, após a celebração dos contratos;

13. DOS PROCEDIMENTOS DE TESTES E INSPEÇÕES

13.1. O CONTRATANTE reserva-se ao direito de promover avaliações, inspeções e diligências visando esclarecer quaisquer situações relacionadas ao fornecimento do objeto contratado, sendo obrigação da CONTRATADA acolhê-las.

CAPÍTULO V DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

14. DA APLICAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

14.1. O credenciado se obriga a apresentar na Secretaria Municipal da Saúde, até o dia 05 do mês corrente, a fatura, anexando todos os comprovantes de despesas, requisições devidamente autorizadas relativos aos atendimentos prestados no período anterior, discriminando em planilha o nome do usuário, número do cartão SUS, data e assinatura do paciente.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE**

15.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- I. dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III. dar causa à inexecução total do contrato;
- IV. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

- I. advertência;
- II. multa;
- III. impedimento de licitar e contratar;
- IV. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

15.2.1. Na aplicação das sanções serão considerados:

- I a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II as peculiaridades do caso concreto;
- III. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.2.3. A sanção prevista no inciso I do item 15.2, será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

15.2.4. A sanção prevista no inciso II do item 15.2, de 1% (um por cento) do valor do contrato por dia de atraso, aplicada por deixar de executar o objeto contratado sem motivo justificado e aceito pela fiscalização, limitado a 10 dias consecutivos, configurando inexecução parcial do contrato.

15.2.4.1. De 15% (quinze por cento) do valor do contrato, aplicado por deixar de executar o objeto contratado sem motivo justificado e aceito pela fiscalização, por período superior a 15 dias consecutivos. Fica a critério da Administração a não aceitação do objeto, de forma a configurar inexecução total do contrato, sem prejuízo as demais sanções e penalidades cabíveis.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE**

15.2.5. A sanção prevista no inciso III do item 15.2 deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da Prefeitura Municipal de São Borja, pelo prazo de 3 (três) anos.

15.2.6. A sanção prevista no inciso IV do item 15.2. deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 15.2.5, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

15.2.7. A sanção estabelecida no inciso IV do item 15.2 deste termo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I. quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva do Prefeito.

15.2.8. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 15.2. deste termo, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do mesmo item.

15.2.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

15.2.10. A aplicação das sanções previstas no item 15.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

15.2.11. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do item 15.2. deste termo, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

15.2.12. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do item 15.2. requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

16. DO PAGAMENTO E REAJUSTAMENTO

16.1. O pagamento se dará por produção, conforme os atendimentos realizados. As faturas apresentadas pelos credenciados referente aos serviços prestados serão submetidas à lisura pré-pagamento, cabendo-lhe a emissão de glosa parcial ou total sob evidência objetiva de irregularidade;

16.2. O pagamento será feito mensalmente, mediante empenho, e solicitação da Secretaria da Saúde, após a entrega da produção mensal de cada profissional.

CAPÍTULO VI FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

17. MODALIDADE, TIPO DE LICITAÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

17.1. Com base na natureza e nos valores estimados do objeto a ser contratado, a Secretaria Municipal da



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE**

Saúde opta pela modalidade de Chamamento Público para credenciamento de profissionais especializados.

17.2. Serão selecionados os credenciados que atenderem a todos os critérios de aceitabilidade de preços e de habilitação exigidos neste Termo de Referência, com a indicação do critério de julgamento a ser adotado.

17.3. O presente credenciamento trata-se de hipótese de contratação paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas;

17.4. Fica estipulado a divisão do teto físico, das cotas de cada serviço de acordo com o número de credenciado para cada objeto, salvo em casos em que o credenciado não puder disponibilizar a agenda em quantidade definida.

17.5. O agendamento dos testes se dará através do Sistema Estadual de regulação – SISREG.

18. CRITÉRIOS DE APRESENTAÇÃO E ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

18.1. A proposta de preço deverá conter as seguintes indicações:

- a)** identificação do proponente (Razão Social/Nome e CNPJ/CPF).
- b)** a proposta financeira deverá ser formulada, contendo preço unitário por item, total por item e total geral, onde deverão estar incluídos, contabilizados e previstos todos os custos inerentes a execução do objeto, indicando, no que for aplicável, a marca, o modelo, prazo de validade ou de garantia; número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;
- c)** prazo de validade da proposta que deverá ser de no mínimo 60 (sessenta) dias.
- d)** apresentada a proposta, o proponente estará automaticamente aceitando e se sujeitando às cláusulas e condições do presente Termo de Referência.
- e)** assinatura do responsável legal da empresa.

19. CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

Para fins de credenciamento, os profissionais interessados deverão apresentar a seguinte documentação comprobatória de habilitação técnica:

- Carteira profissional ou documento equivalente que comprove o regular registro no Conselho Regional de Fonoaudiologia, em plena validade, conforme exigido para o exercício legal da profissão;
- Certificado ou Diploma de Conclusão do Curso de Graduação em Fonoaudiologia, expedido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC);
- Identificação do(s) profissional(is) designado(s) para a execução dos serviços, quando se tratar de pessoa jurídica, devendo constar os respectivos documentos comprobatórios de habilitação técnica;
- Demais documentos de habilitação técnica que se fizerem necessários à comprovação da aptidão do profissional ou da empresa para a execução dos serviços propostos, em conformidade com o disposto no art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais legislações pertinentes.

19.1 ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICA

“São Borja - Terra dos Presidentes.”



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE**

() Sim (X) Não

Justifique a necessidade ou não de apresentação de atestado (s) de capacidade técnica:

19.2 VISTORIA

(X) Não

() Sim

() Opcional

() Obrigatória.

Justifique a necessidade de vistoria obrigatória:

19.3 LEGISLAÇÃO TÉCNICA APLICÁVEL

Não se aplica.

20. ESTIMATIVA DE PREÇOS

A pesquisa de preços para subsidiar a contratação foi realizada em conformidade com o disposto no art. 23 da Lei nº 14.133/2021, com o objetivo de assegurar a razoabilidade dos valores praticados e garantir a economicidade da contratação.

Foram utilizadas as seguintes fontes de referência:

1. Bancos públicos de preços, com destaque para o sistema LICITACON, que reúne informações atualizadas sobre contratações realizadas por entes públicos do Estado;
2. Contratos firmados por outras administrações públicas/municípios, cujos objetos são semelhantes ou equivalentes aos serviços ora pretendidos, permitindo aferir valores praticados em contextos comparáveis;
3. Tabela SIGTAP (Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS), utilizada como parâmetro técnico-financeiro de referência para serviços de saúde, especialmente em relação a exames e procedimentos fonoaudiológicos;
4. CSMISSÕES (Consórcio Intermunicipal de Saúde) que disponibiliza dados sobre serviços contratados por meio de consórcio, contribuindo para a definição de valores regionalmente adequados;
5. Tabela COIS (Consórcio Intermunicipal de Saúde), como base complementar de referência para procedimentos específicos não contemplados ou divergentes da tabela SIGTAP.

A conjugação dessas fontes permitiu a definição de um valor de referência compatível com os preços de mercado e com a realidade orçamentária do município, assegurando a viabilidade da contratação e a observância dos princípios da legalidade, eficiência e economicidade na administração pública.

SERVIÇO	QUANTIDADE ESTIMADA MENSAL (UNIDADES)	VALOR UNITÁRIO	QUANTIDADE ESTIMADA ANUAL	VALOR TOTAL
realização de exames de Triagem Auditiva Neonatal (TAN) - "Teste da Orelhinha" (contemplando teste e reteste)	160	R\$ 53,85	1920	R\$ 103.392,00



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE**

Os comprovantes da pesquisa e documentos utilizados para a formulação do preço apresentado encontram-se em anexo a este documento.

Os preços que fundamentam esta estimativa de valores foram por mim obtidos e rubricados, são verdadeiros e representam o melhor resultado que pude obter seguindo as orientações das normas que regem a matéria.

Denise Pires da Silva
Agente Operacional de Saúde
São Borja, 23 de abril de 2025

21. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

21.1. Os recursos destinados à cobertura das despesas ora pretendidos se encontram alocados no Orçamento Geral do Município e serão custeadas com recursos financeiros provenientes do Tesouro Municipal ou Governo Federal.

21.2.

Órgão: 10	Órgão: 10
Unidade:04	Unidade:04
Função:10	Função:10
Programa: 155	Programa: 155
Projeto/Atividade:2293	Projeto/Atividade: 2231
Elemento:3.3.90.39.00.00.00	Elemento: 3.3.90.36.00.00.00
Recurso:500 e 600	Recurso: 600

CAPÍTULO VII DISPOSIÇÕES GERAIS E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

São Borja/RS, 23 de abril de 2025.

LARISSA PRADO TONELOTTO

SABRINA DORNELLES LOUREIRO

“São Borja - Terra dos Presidentes.”



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE**

Agente Operacional de Saúde

Secretária Municipal da Saúde

() Defiro

() Indefiro

**José Luiz Rodrigues Machado
Prefeito de São Borja/RS**

X0
na l
Pág!